

Quinta-Feira, 18 de Junho de 2026

Equipe da PF que protege Lula pede apoio e cita "opositores radicalizados"

TEMOR E ELEIÇÃO

Fonte: Folhapress

A equipe da Polícia Federal que cuida da segurança do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ofício a superintendências regionais do órgão com uma lista do que chama de "adversidades" enfrentadas para a proteção do petista nesta eleição.

O grupo da PF cita na relação o "acesso a armas de letalidade ampliada decorrente das mudanças legais realizadas em 2019" entre os problemas a serem enfrentados ao longo da campanha eleitoral.

O documento, ao qual a Folha teve acesso, é um pedido de apoio enviado às chefias de superintendências em estados por onde o candidato, líder nas pesquisas de intenção de voto, passou nos últimos dias.

"O contexto político e social no qual se realizará a operação de segurança é composto por, entre outras adversidades, opositores radicalizados e acesso a armas de letalidade ampliada decorrente das mudanças legais realizadas em 2019", diz trecho do documento.

Trata-se de uma referência às normas editadas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) que facilitaram o acesso a armamentos pela população.

Os delegados também abordam as "ameaças de morte ao candidato e representantes dos partidos, bem como a perpetração de atos de intimidação e violência, identificados antes do início da campanha, como o atentado ao ônibus da caravana ao ex-presidente Lula, alvejado em maio de 2018 na cidade de Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul/PR".

A segurança de Lula tem como responsáveis os delegados federais Andrei Augusto Passos Rodrigues, Rivaldo Venâncio e Alexander Castro Oliveira. Rodrigues é o coordenador, Oliveira é o chefe operacional e Venâncio, o operacional substituto.

No ofício, a equipe de segurança afirma que se trata de um "cenário inédito" na história da democracia brasileira, o que "amplia o desafio" da operação.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a PF decidiu reforçar o esquema de proteção a candidatos neste ano diante do clima de tensão no país.

O órgão é responsável pela segurança de cada político que concorre ao cargo de presidente de República, com exceção de quem está no exercício do mandato, como Bolsonaro. Sua proteção fica a cargo do GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

Nas mudanças que foram feitas para este ano, a polícia criou indicadores para avaliar o risco de cada presidenciável e, assim, definir o tamanho da estrutura a ser dada a cada um. A PF classificou o nível de proteção a Lula como máximo, o único assim avaliado.

"A garantia de eleições livres pressupõe a manutenção da incolumidade física dos candidatos, sem a qual viciaria todo o processo eleitoral e conseqüentemente o regime democrático", afirmam os delegados no ofício.

"Garantir a segurança e a proteção do candidato, especialmente sua vida, é, portanto, uma atividade de extrema relevância aos responsáveis e de relevo estratégico institucional, devendo ser objeto da mais acurada atenção, planejamento e execução."

Pelas diretrizes internas, cada equipe de presidenciável tem um número de policiais disponíveis, que varia de acordo com o nível de risco avaliado -Lula tem o maior efetivo.

Para cada viagem, além de uma parte do grupo fixo, policiais das superintendências do órgão pelo país são alocados para reforçar a segurança na passagem do candidato pelo estado.

Todas as equipes têm como obrigação enviar ao setor responsável pela proteção dos candidatos um planejamento operacional do trabalho que será realizado até o fim da eleição.

O planejamento do grupo de Lula foi o único que, até agora, não foi aprovado pela direção da Polícia Federal. De acordo com pessoas envolvidas no processo, o plano foi apresentado com atraso e não preenchia todos os requisitos necessários. O documento foi devolvido para ajustes.

Para embasar o pedido de apoio às superintendências, os delegados da equipe de Lula citam sete episódios de violência que seriam relacionados à disputa eleitoral.

Entre eles, são citados o assassinato em 10 de julho de Marcelo de Arruda, militante do PT de Foz do Iguaçu (PR), por um apoiador de Bolsonaro; e o atentado com uma bomba caseira durante evento na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 7 de julho.

Marcelo comemorava o aniversário de 50 anos com uma festa temática do PT quando o bolsonarista Jorge Guarinho passou de carro em frente ao local dizendo "Aqui é Bolsonaro" e "Lula ladrão".

Após uma troca de ofensas, Jorge voltou ao local armado, invadiu o salão de festas e atirou em Marcelo. O petista, já ferido no chão, também baleou o bolsonarista.

A Polícia Civil paranaense concluiu a investigação sobre o assassinato, mas não classificou a morte como crime político.

Os delegados também elencam como "atos de violência e hostilidade" o cerco à comitiva do petista em Campinas em 5 de maio; o lançamento de dejetos por um drone contra apoiadores na cidade de Uberlândia em 16 de junho; um tumulto durante agenda no teatro da PUC em São Paulo, em 31 de maio; e o vazamento da agenda de Lula em Maceió em 20 de junho.

A polarização entre Lula e Bolsonaro tem preocupado integrantes do PT.

Um dia após a morte de Arruda, o partido enviou uma série de orientações de segurança aos apoiadores que participariam de um evento do petista em Brasília em 12 de julho.

O partido pedia, entre outros pontos, para que os militantes evitassem se expor a situações de risco, andassem em grupos e usassem uma camiseta neutra durante o trajeto para casa.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a direção da PF também decidiu acionar forças estaduais para reforçar os cuidados com a segurança de presidenciáveis na eleição.

A direção do órgão orientou suas 27 superintendências regionais a fazerem contato com as respectivas secretarias de Segurança nos estados para mobilizar esforços no processo.

No texto, a direção da PF afirmou que o "cenário atual evidencia a necessidade de somarmos esforços, haja vista o acirramento das relações entre correligionários dos principais candidatos e os incidentes já registrados na fase de pré-campanha eleitoral".